

A ALFABETIZAÇÃO E OS MATERIAIS PARA APRENDER A LER E ESCREVER, DAS “CARTILHAS” AO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD

Júlia da Silva Mendonça*
Gloria Lucia Magalhães**

RESUMO

Este artigo analisa a trajetória histórica de materiais produzidos para ler e escrever, das cartilhas ao Programa Nacional do Livro Didático - PNLD. Este artigo tem como objetivo apresentar as principais reflexões acerca das concepções dos alfabetizadores, que atravessam as práticas teóricas e metodológicas do processo de alfabetização das cartilhas ao PNLD. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica. Este propósito será conseguido por meio de pesquisa *online* principalmente pelos artigos publicados Scientific Electronic Library Online - Scielo. Nas considerações finais evidencia-se. Diante da pesquisa, verificou-se que por mais que se tenha buscado suprir as falhas de um método alfabetizador, utilizando uma “nova” cartilha como propagadora de renovadas propostas para o ensino da leitura e da escrita, é válido afirmar que a estrutura “cartilhada” não deixou de ser utilizada como norteadora da ação de alfabetizar. A utilização dos materiais disponibilizados pelo PNLD seguido de manuais de utilização, evidenciou um reducionismo da docência e um enorme esvaziamento dos atores sociais como agentes conscientes nas práticas educativas de alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização. Cartilhas. Programa Nacional do Livro Didática PNLD.

1 INTRODUÇÃO

A experiência brasileira de educação escolar ainda é marcada por baixos índices de alfabetização.

* Aluna do Curso de Pedagogia FATEPS. Julia.mendonca@alunos.unis.edu.br.

** Professora Doutora do Curso de Pedagogia FATEPS.

Neste sentido, o presente trabalho justifica-se por contribuir com discussões sobre o processo de alfabetização no Brasil abordando principalmente questões relativas aos materiais utilizados para aprender a ler e escrever. Para realizar esta pesquisa, buscou-se os marcos históricos e legais, para compreender qual é a relevância político-ideológica do material didático.

O estudo analisa a trajetória histórica de materiais produzidos para ler e escrever, das cartilhas ao Programa Nacional do Livro Didático - PNLD.

Este artigo tem como objetivo apresentar as principais reflexões acerca das concepções dos alfabetizadores, que atravessam as práticas teóricas e metodológicas do processo de alfabetização das cartilhas ao PNLD.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica. Este propósito será conseguido por meio de pesquisa *online* principalmente pelos artigos publicados Scientific Electronic Library Online - Scielo.

O estudo está estruturado em dois tópicos, sendo que o primeiro aborda o referencial teórico e o segundo a revisão da literatura.

2 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E ESCRITA NA ESCOLA

É notório a legitimação da importância da leitura e da escrita nas práticas pedagógicas e na sociedade em geral, sendo um dos caminhos necessários para melhor compreender o mundo. Este título tem como objetivo compor esse referencial como apoio teórico deste estudo iniciando com os marcos históricos e legais referentes à alfabetização, seguido de uma breve abordagem sobre os principais métodos de alfabetização, finalizando com a discussão sobre alguns materiais utilizados para ensinar a ler e escrever nas escolas brasileiras.

2.1 Apoio da legislação, conceitos e definições relevantes

Neste estudo, assume-se a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem. O modo de conceber a alfabetização como processo discursivo surgiu em meados da década de 1980, segundo Smolka (2014)

Isto significa que os modos de agir, pensar, falar, sentir das crianças vão se constituindo e adquirindo sentido nas relações sociais. Destaca-se, assim, a fundamental importância da mediação e da participação de outros na

construção do conhecimento pela criança, bem como a concepção de linguagem como produção histórica e cultural, constitutiva dos sujeitos, da subjetividade e do conhecimento. Ou seja, a forma verbal de linguagem como modo de interação – como produção e produto humanos – afeta, constitui e transforma o desenvolvimento e o funcionamento mental dos sujeitos (SMOLKA, 2014, s.p).

Ainda para Smolka (2014),

Ancorada prioritariamente nas contribuições de Vigotski e Bakhtin, essa perspectiva considera a atividade mental da criança não apenas em seu aspecto cognitivo, mas em seu aspecto discursivo. Ou seja, a linguagem, a palavra – oral ou escrita – é, ou pode ser, ao mesmo tempo, meio/modo de interação, meio/modo de (inter e intra) regulação das ações, e objeto de conhecimento. A ênfase na relação social e na prática dialógica caracteriza a dimensão discursiva (SMOLKA, 2014, s.p).

Nessa perspectiva os Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs (BRASIL, 1998)

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (BRASIL, 1998, p. 15).

Nesse sentido, em relação à leitura, Souza (1997) a autora afirma ser, basicamente, o ato de perceber e atribuir significados através de uma conjunção de fatores pessoais com o momento e o lugar, com as circunstâncias. Ler é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade.

Melo (2010) defende o ato da escrita num enfoque onde as crianças possam vivenciar situações em ela é utilizada em sua função social para escrever histórias, bilhetes ou registrar experiências vividas, assim, terá oportunidades para pensar a escrita em sua função social, como instrumento cultural para escrever histórias, bilhetes, registros dos fatos vividos, enfim, como um instrumento de expressão.

Levando em consideração esse conjunto de princípios e pressupostos, os eixos de integração considerados na Base Nacional Comum Curricular BNCC (2017) de Língua Portuguesa destaca-se uma competência específica de linguagem que corresponde às ideias descritas neste estudo: “Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como

formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais” (BRASIL, 2017, p. 65).

Neste sentido, ler e escrever pode proporcionar aos estudantes experiências que promovam de forma favorável sua participação nas diversas práticas sociais que envolvam a oralidade, a leitura e a escrita na sociedade que estão inseridos.

Para Soares (2004) alfabetização e letramento são assuntos que merecem destaque neste estudo e foram amplamente discutidos por diversos estudiosos da área dentre eles. A autora diferencia a alfabetização de letramento, no entanto, defende a especificidade do processo de alfabetização sem dissociá-la do letramento.

No Brasil a discussão do letramento surge sempre enraizada no conceito de alfabetização, o que tem levado, apesar da diferenciação sempre proposta na produção acadêmica, a uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos, com prevalência do conceito de letramento (SOARES, 2004, p. 8).

Para a autora, alfabetização e letramento não são processos independentes, mas interdependentes e indissociáveis, pois, “no quadro das atuais concepções psicológicas, lingüísticas e psicolingüísticas de leitura e escrita, a entrada do aluno no mundo da escrita ocorre simultaneamente por dois processos: “aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento” (SOARES, 2004, p. 14).

De maneira evidente, alfabetização e letramento possuem dois conceitos que se desenvolvem num processo de ensino e de aprendizagem como elementos contribuintes para o desenvolvimento da leitura e escrita do estudante.

[...] a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2004, p. 14).

Por fim, é possível, sim, aprimorar a qualidade na educação das turmas de alfabetização, com práticas educacionais que utilizem tanto o desenvolvimento da alfabetização quanto o desenvolvimento do letramento de cada aluno, através do qual ele possa ser também protagonista neste processo.

2. 2 Métodos de alfabetização

Para Frade (2014) os métodos clássicos de alfabetização são divididos em sintéticos e analíticos. Os sintéticos foram os primeiros a serem utilizados. Pode-se afirmar que diversos ainda são, até os dias de hoje, utilizados nas escolas brasileiras.

Os métodos sintéticos são

baseados em um pressuposto central: o de que a compreensão do sistema de escrita se faz sintetizando/juntando unidades menores, que são analisadas para estabelecer a relação entre a fala e sua representação escrita, ou seja, a análise fonológica. Dependendo do método, essas unidades de análise podem ser escolhidas entre letras, fonemas ou sílabas, para formar um todo. A isso denominamos decodificação ou decifração (FRADE, 2014, s.p).

Em seguida, a autora apresenta os métodos analíticos como os que:

partem do todo para as partes e procuram romper radicalmente com o princípio da decifração. São mais conhecidos os métodos global de contos e de palavração/sentencição. Está presente nesse movimento metodológico a defesa do trabalho com sentido, na alfabetização, enfatizando-se o reconhecimento global como estratégia inicial, para que os aprendizes realizem, posteriormente, um processo de análise de unidades menores da língua (FRADE, 2014, s.p).

Serão apresentados abaixo os métodos mais utilizados no processo de alfabetização no Brasil, começando pelos sintéticos: Método Alfabético e de Soletração, pode ser considerado o mais antigo método, empregado desde a antiguidade até meados do século XIX.

Em sua estrutura mais básica, propõe aprender os nomes das letras do alfabeto, reconhecer cada letra fora da ordem, soletrar seu nome, decorar alguns quadros de sílabas e depois tentar redescobri-las em palavras ou textos, a partir da soletração – com separação por hifens ou espaços que vão guiando a oralização (Op.cit, 2014, s.p).

Método Fônico ou Fonético: segundo estudos realizados pela autora, acima citada, este método surge como uma reação às críticas à soletração. “O método fônico ou fonético integra o conjunto dos métodos sintéticos que privilegiam as correspondências grafofônicas. Seu princípio organizativo é a ênfase na relação direta entre fonema e grafema, ou seja, entre o som da fala e a escrita” (FRADE, 2014, s.p).

Método Silábico,

Posicionado no grupo dos métodos sintéticos, que se organizam das partes para o todo, o método silábico se caracteriza pela apresentação visual de sílabas prontas, sem forçar a articulação das consoantes com as vogais, e sem destacar as partes que compõem a sílaba. O princípio básico é que a consoante só pode ser emitida se apoiada na vogal; logo, somente a sílaba (e não as letras) pode

servir como unidade linguística para o ensino inicial da leitura (Op.cit, 2014, s.p)

Em seguida serão exibidos os métodos analíticos: Método de palavrção e sentencição:

Os métodos de palavrção e de sentencição são agrupados no conjunto de métodos analíticos que partem de unidades de significado. Alguns autores também os chamam de globais, destacando algumas diferenças. No método de palavrção, a ênfase recai na palavra, e não no texto; na sentencição, a ênfase incide na palavra ou na frase.[...] Geralmente, na palavrção, as palavras são apresentadas em agrupamentos e os alunos aprendem a reconhecê-las pela visualização e pela configuração gráfica (FRADE, 2014, s.p).

E finalizando o grupo de métodos analíticos com a explicação do Método Global:

O método global integra o conjunto dos métodos analíticos que se orientam no sentido do todo para as partes. Defende que a criança percebe as coisas e a linguagem em seu aspecto global, que a leitura é uma atividade de interpretação de ideias e que a análise de partes deve ser um processo posterior (FRADE, 2014, s.p).

A autora destaca que nas práticas de alfabetização, os professores nem sempre estão filiados a um referencial teórico explícito ou único:

Decisões metodológicas sobre procedimentos de ensino são tomadas em função dos conteúdos de alfabetização que se quer ensinar e do conhecimento que o professor possui sobre os processos de aprendizagem dos alunos, quando estes tentam compreender o sistema alfabético e ortográfico da língua e seu funcionamento social (Op.cit, 2014, s.p).

Em suma, os professores alfabetizadores não se apropriam da mesma maneira das prescrições existentes em determinado método ou metodologia. Levam também em consideração conhecimentos advindos de suas práticas bem-sucedidas.

2.3 Materiais para aprender a ler e escrever

Considerando o Glossário elaborado pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita - CEALE (Minas Gerais, 2014), as autoras Maciel; Frade (2014), utilizam diversas definições e fonte de consulta, para o termo cartilha:

Nos verbetes de diferentes dicionários brasileiros, o termo cartilha “designa um pequeno caderno que contém as letras do alfabeto e os primeiros rudimentos para aprender a ler; carta do abc” (Houaiss); “é diminutivo de carta,

livro ou carta para ensinar a ler” (Caldas Aulete); “é livro para ensinar a ler” (Koogan/Houaiss) ou, ainda, “é livro para aprender a ler” (Aurélio Buarque de Holanda) (MACIEL, FRADE, 2014, s.p).

Observa-se nesse trecho que não houve nenhuma menção sobre o escrever, ficando restrito ao ensinar ou aprender a ler.

Para as autoras acima citadas, “A diferença entre essas definições está apenas no papel do sujeito: as cartilhas ensinam a ler – foco no professor/instrutor –, ou servem para aprender a ler – foco no aprendiz” (Op. cit, 2014, s.p). Ficando em evidência a hipótese de que o aprendizado da leitura antecede o aprendizado da escrita. Esse pressuposto foi mantido por alguns séculos no Brasil.

Na história da alfabetização no Brasil o termo cartilha nem sempre foi utilizado aos livros para iniciantes:

As designações variam conforme a pedagogia, o país e a época, sendo comum, no final do século XIX e início do século XX, o termo “Primeiro Livro de Leitura”. No Brasil, o termo pré-livro aparece vinculado ao método global de contos, e se constitui como a reprodução, em miniatura, de cartazes que o professor apresentava para a classe e os alunos iam montando, aos poucos, na forma de um fichário. O termo cartilha não se vincula necessariamente a um método, havendo cartilhas dos métodos analíticos e cartilhas dos métodos sintéticos (MACIEL, FRADE, 2014, s.p).

Com a expansão do ensino público, o século XX foi apontado como o período de crescimento de publicações dos livros didáticos. Nesse período o termo cartilha passou a ser relacionado a métodos que primam pela repetição de sílabas e fonemas, pela presença de textos produzidos artificialmente, portanto descontextualizados, denominados na cultura pedagógica como “textos acartilhados” (FRADE, 2014, s.p).

No momento atual, as cartilhas são substituídas pelos livros de alfabetização. “Os alunos podem ler e escrever em seus próprios livros, que se baseiam em diferentes concepções sobre ensinar e aprender a ler e a escrever e na perspectiva do letramento” (FRADE, 2014, s.p).

Retomando a temática dos materiais para aprender a ler e escrever, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE, é “o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira e iniciou-se, com outra denominação, em 1937” (BRASIL, 2022, s.p).

No decorrer dos anos o programa foi otimizado e recebeu diferentes nomes e formas de execução. Atualmente, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é voltado à educação básica brasileira.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) tem como objetivo

[...] avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (BRASIL, 2022).

Diante das inovações teóricas no campo da alfabetização relacionadas aos métodos de alfabetização como as contribuições dos estudos sobre a psicogênese da língua escrita, desenvolvidos por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985), quando as crianças se apropriam do sistema alfabético de escrita num processo construtivo de interação com a escrita e práticas sociais em diferentes contextos.

Mais tarde, uma outra discussão ganha força no país com as contribuições da Soares (1998) considerando o ensino da leitura e da escrita como práticas de letramento.

A seguir, a ênfase é dada aos estudos sobre a relação entre Consciência Fonológica e Alfabetização que também contribuíram para a discussão sobre o ensino da leitura e da escrita.

Como abordado por Moraes e Leite (2005) com foco no desenvolvimento de distintas habilidades de análise fonológica como: a contagem de sílabas nas palavras, a comparação de palavras quanto à presença de sílabas iguais, a identificação de palavras que contenham o mesmo som, a exploração de rimas, dentre outras.

Diante das inovações teóricas no campo da alfabetização e da própria institucionalização do Programa Nacional do Livro Didático, os livros de alfabetização têm passado por alterações e avaliações.

Por fim, no âmbito da produção do livro didático, particularmente os utilizados nas classes de alfabetização, percebe-se disputas entre concepções acadêmicas daqueles grupos que defendem os métodos, os que legitimam tendências construtivistas na figura da psicogênese e por fim, aqueles que se resguardam nos estudos da consciência fonológica com o amparo dos linguistas.

Vale enfatizar que o livro didático, em diversos contextos, pode ser o único ou principal material utilizado por alunos e professores para o ensino da leitura e escrita e

que os programas federais de aquisição e distribuição de material didático têm importância indiscutível para a educação brasileira.

3 DAS CARTILHAS AO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: o que permanece como proposta norteadora do processo de alfabetização.

Este tópico trata da revisão da literatura sobre a alfabetização e os materiais para aprender a ler e escrever, das “cartilhas” ao Programa Nacional do Livro Didático - PNLD.

Para este intento foi realizado um levantamento de artigos publicados sobre o tema, principalmente na Plataforma Scielo Brasil, considerando as seguintes palavras-chave: alfabetização, cartilhas e PNLD.

Os trabalhos localizados foram analisados com a leitura dos resumos, em seguida, foram selecionados para compor este tópico.

Um estudo sobre a trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita foi tema do estudo realizado por Vieira (2017). Seu objetivo foi verificar o que permanece como proposta de ensino nesses livros; que aspectos vão se (re)apresentando como marcas de uma memória tão difundida na prática e nos novos manuais que foram se constituindo como aparatos essenciais para a construção da história da escolarização em nosso país.

As seguintes cartilhas foram analisadas pela autora: “João de Barros; as Cartas do ABC; o Método Português, de Castilho; Maternal, de João de Deus; a Cartilha Nacional, de Hilário Ribeiro; a Cartilha da Infância, de Thomaz Galhardo; a Cartilha do Povo, de Lourenço Filho e a Cartilha Caminho Suave, de Branca Alves que marcaram oficialmente a alfabetização entre os séculos XVI à segunda metade do século XX” (VIEIRA, 2017).

Em análise em cada cartilha lançada e adotada pelas escolas brasileiras ao longo dos anos, a autora verificou que elas não fugiam

da clássica tradição do ensino, tendo como foco a silabação. Ou seja, tomando o processo de alfabetização como um processo inicial de aprendizado da leitura e da escrita, os autores desses compêndios partem do pressuposto de que o aprendizado deve sempre iniciar do simples para o complexo, portanto, sempre primeiro das vogais seguidas das consoantes, sílabas, palavras, frases e textos. (Op.cit, 2017, p. 20).

Vieira (2017), esclarece, considerando as ideias de Saviani (2003) que a ideia de clássico acima citada não está sendo associada à “tradição” ou a “tradicional” no sentido de “superado” ou “desatualizado”, mas algo que permaneceu no decorrer dos tempos, apesar dos embates para a sua superação.

Nesse sentido,

apesar das mudanças nas teorias pedagógicas ao longo dos séculos, evidencia-se a permanência e o uso deste conteúdo no material didático cartilha, ao longo dos séculos, como um modelo de alfabetização rememorado pelos autores desses livros ao longo da existência escolar no Brasil até os anos 1990, quando as cartilhas entram em desuso, mantendo-se, contudo, permanentes na prática do alfabetizador até os nossos dias (VIEIRA, 2017, p. 21).

A exemplo, Vieira (2017) analisa coleções destinadas à alfabetização, editado na primeira década do século XXI, produzidas no ápice das ideias construtivistas, e constata que

que por mais que se tenha buscado suprir as falhas de um método alfabetizador, utilizando-se de uma “nova” cartilha como propagadora de uma “nova” proposta para o ensino da leitura e da escrita, os autores das cartilhas reiteradamente se remetem a uma estrutura clássica de organização do ensino da linguagem escrita e da leitura que se faz presente na memória e na história do trabalho educativo em alfabetização (VIEIRA, 2017, p. 22) .

Enfim, ao longo da trajetória de diferentes propostas para a alfabetização no Brasil, é válido afirmar que a estrutura “cartilhada” não deixou de ser utilizada como norteadora da ação de alfabetizar.

A Trajetória das cartilhas ao PNLD foi tema de estudo de Figueiredo; Freitas (2021) com o objetivo de

contribuir com discussões sobre o fracasso escolar na alfabetização, tratando de questões relativas ao livro didático utilizado para alfabetizar. Para realizar esta pesquisa, buscou-se os marcos históricos e legais, para compreender qual é a relevância político-ideológica do material didático. Além disso, foram trazidas reflexões acerca das concepções que perpassam as práticas pedagógicas de alfabetização e, também, as diferentes maneiras de se controlar o trabalho docente (FIGUEIREDO; FREITAS, 2021, 200).

As autoras utilizaram os marcos históricos e legais com o intuito de compreender a relevância político-ideológica do material didático, também foram analisados materiais a cerca concepções que perpassam as práticas pedagógicas de alfabetização e as possíveis influências no controle do trabalho docente.

Segundo Figueiredo; Freitas (2021) o estudo abrangeu 3 aspectos importantes como; reflexão sobre os marcos históricos e legais que determinaram as políticas públicas acerca do livro didático no país. “Esta seção foi importante para tecer ponderações sobre os ideais que motivam as decisões tomadas com relação à produção, distribuição e uso do material nas escolas em todo país” (FIGUEIREDO; FREITAS, 2021, p.215).

Em seguida foram realizadas discussões acerca do material didático que eram e ainda são adotados para as práticas de alfabetização nas escolas do Brasil, “tratando dos métodos e das dimensões teóricas subjacentes ao material que é ofertado para as/os docentes no país” (FIGUEIREDO; FREITAS, 2021, p.215). E por último, a questão do PNLD atual e sua relação com as cartilhas, buscando perceber se existem de fato diferenças entre estes materiais didáticos e quais são possíveis as consequências sociais e escolares decorrentes desta relação.

Foi discutida

a relação de poder que atravessa as políticas de livro didático, buscando refletir sobre a prática docente e o controle que pode ser exercido nestas práticas através das políticas públicas de livro didático, e o quanto o controle é uma forma de subalternizar a/o docente e de manter situações de exclusão social (Op. cit, 2021, p.215-216).

Nas considerações finais as autoras destacam o campo da produção do livro didático utilizados nas turmas de alfabetização como o “lugar de disputa entre concepções acadêmicas: o grupo dos que continuam defendendo os métodos, o outro dos que se acastelam às tendências construtivistas na figura da psicogênese e por fim, aqueles que se resguardam nos estudos da consciência fonológica com o amparo dos linguistas” (FIGUEIREDO; FREITAS, 2021, p. 216).

Diante da “certeza que o professor ou professora não sabem o que fazer em sala de aula, cabendo ao MEC ordenar a produção, regulação e consumo; aos intelectuais validar academicamente o que será ensinado na escola e aos gestores escolher entre os livros disponíveis” (FIGUEIREDO; FREITAS, 2021, p. 216).

E aos professores que utilizarão esse material em sala de aula e os que mais conhecem as necessidades reais de seus alunos? o que cabe a eles? Segundo as autoras, a eles “só resta receber o material e reproduzir o que está detalhadamente proposto no manual” (Op. cit, 2021, p. 216).

Diante do exposto, percebe-se um reducionismo da docência e um enorme esvaziamento dos atores sociais como agentes conscientes nas práticas educativas de alfabetização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um processo de alfabetização bem-sucedido pode proporcionar de forma significativa a mudança dos rumos de um país, visto que, quanto maior o seu acesso ao que leitura oferece, maiores são as chances de conquistar uma melhor qualidade de vida e acesso a novos caminhos, seja por via cultural, educação e lazer.

Diante da revisão realizada, algumas indagações e conclusões merecem destaque neste estudo: considerando as produções que marcaram oficialmente a alfabetização entre os séculos XVI à segunda metade do século XX, o que permanece como proposta de ensino nesses livros? Que aspectos vão se (re) apresentando como marcas de uma memória tão difundida na prática e nos novos manuais que foram se constituindo como aparatos essenciais para a construção da história da escolarização em nosso país? Diante da pesquisa, verificou-se que por mais que se tenha buscado suprir as falhas de um método alfabetizador, utilizando uma “nova” cartilha como propagadora de uma “nova” proposta para o ensino da leitura e da escrita, é válido afirmar que a estrutura “cartilhada” não deixou de ser utilizada como norteadora da ação de alfabetizar.

Com a reflexão sobre os marcos históricos e legais que determinaram as políticas públicas acerca do livro didático no país, as discussões acerca do material didático que eram e ainda são adotados para as práticas de alfabetização nas escolas do Brasil, e por último, a questão do PNLD atual e sua relação com as cartilhas, com intuito de pesquisar se existem de fato diferenças entre estes materiais didáticos e quais são possíveis as consequências sociais e escolares decorrentes desta relação, evidenciou-se um reducionismo da docência e um enorme esvaziamento dos atores sociais como agentes conscientes nas práticas educativas de alfabetização.

Considerando que as competências de leitura e escrita são requisições para a inserção social, tanto no cotidiano escolar, quanto na própria vida dos sujeitos, entende-se que um dos principais desígnios da escola é propiciar que crianças e jovens participem de diferentes práticas que se utilizam da leitura e da escrita de maneira democrática, acessível e crítica.

Este artigo tem como objetivo compor o referencial teórico deste estudo e ainda, apresentar as principais reflexões acerca das concepções dos docentes que surgem das ações teóricas e metodológicas do processo de alfabetização das cartilhas ao PNLD.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica que será realizada por meio da leitura de obras e artigos científicos. O material documentado, bem

como, as respectivas análises serão organizadas e apresentadas em forma de artigo científico

A questão do tempo disponível foi amplamente discutida em sala de aula e este foi um dos limites que enfrentei durante a produção deste artigo, devido ao trabalho, deslocamento entre municípios e cuidados com a família.

Espera-se, com este estudo, contribuir para a reflexão sobre a alfabetização e os materiais para aprender a ler e escrever, possibilitando dessa forma a evolução da temática que pode ser do interesse de estudantes do curso de pedagogia, professores e pesquisadores. Assim, após produzir este estudo que aborda Alfabetização materiais para aprender a ler e escrever – das “cartilhas” ao Programa Nacional do Livro Didático - PNLD

Percebo que realizei um trabalho de fundamental importância para o meu crescimento pessoal e profissional, em especial, ao constatar que não é possível oferecer um futuro digno às pessoas sem que elas passem pela alfabetização.

LITERACY AND MATERIALS TO LEARN TO READ AND WRITE, FROM “BOOKLETS” TO THE NATIONAL TEACHING BOOK PROGRAM – PNLD

This article analyzes the historical trajectory of materials produced for reading and writing, from booklets to the National Textbook Program - PNLD. This article aims to present the main reflections about the literacy teachers' conceptions, which cross the theoretical and methodological practices of the literacy process of the booklets to the PNLD. This is a bibliographic review research. This purpose will be achieved through online research, mainly through articles published in Scientific Electronic Library Online - Scielo. In the final considerations, it is evident In the face of the research, it was found that no matter how much it has sought to address the flaws of a literacy method, using a "new" booklet as a propagator of renewed proposals for the teaching of reading and writing, it is It is valid to say that the “booklet” structure has not ceased to be used as a guide for the literacy action. The use of materials made available by the PNLD, followed by user manuals, showed a reductionism in teaching and a huge emptying of social actors as conscious agents in educational literacy practices.

Keywords: Literacy. Booklets. National Textbook Program PNLD.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 21.

_____, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Base Nacional Comum Curricular. Brasília DF, 2017.

Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> acesso em 10 ago. 2022.

_____, Fundo Nacional desenvolvimento da Educação FNDE. Ministério da Educação, 2022. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13526-edital-pnld-2022> acesso em 4 de set. 2022.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita.** Tradução de Diana Myriam Lichtensten et al., Artes Médicas, Porto Alegre, 1985.

FIGUEIREDO; T. S; FREITAS, M. O. Das cartilhas ao PNLD: alfabetização, material didático e controle da prática docente. **CONEDU: Escola em tempos de conexão**, v.2,p. 199-218, out.2021.

Disponível em:

<https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook2/TRABALHO_EV15_0_MD7_SA100_ID8187_14102021133330.pdf>

Acesso em 10 de set. de 2022.

FRADE, I. C. A. S. Retrospectiva: história dos métodos de alfabetização. *In: Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores.* FRADE, I. C. A. S; VAL, M. G. C; BREGUNCI, M. G. C. (orgs). Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014.

Disponível em <<https://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/retrospectiva-historia-dos-metodos-de-alfabetizacao-2.html>> acesso em 1 out. 2022.

LEAL, T. **Alfabetização:** apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005, pp. 71-88.

MACIEL, F. I. P; FRADE, I.C.A. Cartilhas e materiais para aprender a ler.

In: Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores .

FRADE, I. C. A. S; VAL, M. G. C; BREGUNCI, M. G. C. (orgs). Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014.

Disponível em: <<https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/cartilhas-e-materiais-para-aprender-a-ler>> Acesso em 3 de ago. 2022.

MELO, S. A. Ensinar e Aprender a Linguagem Escrita na Perspectiva Histórico-Cultural. **Psicologia Política.** vol. 10. nº 20. pp. 329-343. jul. – dez. 2010.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n20/v10n20a11.pdf> acesso em 3 de set. 2022.

MORAIS, A. G. ; LEITE, T.S. Como promover o desenvolvimento das habilidades de reflexão fonológica dos alfabetizandos? In MORAIS, A.; ALBUQUERQUE, E. e LEAL,

T. **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005, pp. 71-88.

SMOLKA, A. L. B. Alfabetização como processo discursivo. Termos de Alfabetização, leitura e escrita. **CEALE**, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Disponível em: <<https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/alfabetizacao-como-processo-discursivo>> acesso em 7 de set. 2022.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Universidade Estadual de Minas Gerais UFMG, 2004.

Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?format=pdf>> acesso 8 de set. 2022.

SOUZA, R. J. **Leitura do professor, leitura do aluno: processos de formação continuada**. UNESP, Presidente Prudente, 1997. Disponível em: www.unesp.br. Acesso em 07 de set. de 2022..

VIEIRA, Z. P. P. Cartilhas de alfabetização no Brasil: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita. **Tese de Doutorado**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, 2017.

Disponível em: < <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/09/Tese-Zeneide-Paiva-Pereira-Vieira.pdf>> acesso em 22 de set. 2022.